

**INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR SANT'ANA
GISLAINE ZAHAILO ANTUNES**

**OS DESAFIOS ENFRENTADOS NO PROCESSO DE ENSINO E DE
APRENDIZAGEM, POR PROFESSORES DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO
ESPECTRO AUTISTA (TEA).**

**PONTA GROSSA
2017**

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR SANT'ANA
GISLAINE ZAHAILO ANTUNES

**OS DESAFIOS ENFRENTADOS NO PROCESSO DE ENSINO E DE
APRENDIZAGEM, POR PROFESSORES DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO
ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

Trabalho de Conclusão de Curso, elaborado como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia no Instituto Superior de
Educação Sant'Ana.

Orientadora: Prof.^a Esp. Jociane Pereira

PONTA GROSSA

2017



INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO SANT'ANA

CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE APROVAÇÃO

GISLAINE ZAHAILO ANTUNES

**OS DESAFIOS ENFRENTADOS NO PROCESSO DE ENSINO E
APRENDIZAGEM POR PROFESSORES DE ALUNOS COM TRANSTORNO
DO ESPECTRO AUTISTA**

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado no Curso de Pedagogia, do Instituto Superior de Educação Sant'Ana, com a seguinte banca avaliadora:

Orientadora Prof^ª Esp. Jociane da Silva Pereira *Jociane*

Banca Prof^ª Esp. Isolde Linck *Linck*

Banca Prof^ª Ms Lilia Schainiuka Heil *Heil*

Ponta Grossa, 27 de novembro de 2017

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, primeiramente a Deus, minha fortaleza, ao meu esposo Gilberto, meu filho Bernard, minha mãe Bernadete e a todos os meus familiares que, com carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores, que contribuíram em muito para minha formação, as amigas que fiz e com quem realizamos muitos trabalhos juntas, em especial a Tatiane, companheira e parceira nesta jornada. E também à professora Jociane, orientadora deste trabalho.

RESUMO

A presente pesquisa mostra os desafios enfrentados no processo de ensino e de aprendizagem por professores de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a garantia de matrícula e inclusão na rede regular de ensino e as maiores dificuldades vivenciadas pelos professores quanto ao trabalho de alfabetização. Para a elaboração desta pesquisa, que tem como proposta responder a seguinte problemática: quais os desafios enfrentados por professores de alunos com transtorno do Espectro Autista no ensino regular, e como objetivo verificar as dificuldades enfrentadas por professores de alunos com transtorno do espectro autista, durante o processo de ensino e aprendizagem, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, de três escolas públicas da cidade de Ponta Grossa-PR, utilizou-se de uma pesquisa qualitativa, em que o instrumento escolhido para a coleta de dados foi um questionário, composto de seis perguntas abertas e três perguntas fechadas.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Histórico. Inclusão. Professor.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 Problemática	7
1.2 Objetivo Geral	8
1.3 Objetivos Específicos	8
1.4 Estrutura Do Trabalho	8
2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)	9
3 INCLUSÃO DO ALUNO PORTADOR DO ESPECTRO AUTISTA NA ESCOLA, LEI E GARANTIA DE INCLUSÃO DO ALUNO NA ESCOLA	14
4 EFETIVIDADE DO ENSINO - TRABALHO DO PROFESSOR (QUESTIONÁRIO, METODOLOGIA)	21
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
APÊNDICE A-QUESTIONÁRIO	30

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda o tema Transtorno do Espectro Autista (TEA), mais conhecido como Autismo e tem como objetivo não só analisar como acontece o processo de ensino e aprendizagem da criança com transtorno do espectro autista no contexto do ensino regular, como também as dificuldades enfrentadas pelos professores em relação ao ensino e aprendizagem dessas crianças.

O Autismo, segundo Laurent (2014, p. 46-47), “não remete a uma doença, já que os medicamentos não curam o autismo”.

Dessa forma, como não existe medicamento capaz de combater o autismo, ele não pode ser considerado uma doença e passa a ser considerado um transtorno. Conforme Laurent (2014, 65), “na perspectiva do DSM-5, o autismo é, com efeito, transformado em espectro: são os famosos Transtornos do Espectro Autista, (TEA)”.

O TEA é um transtorno do desenvolvimento infantil, que de acordo com Silva, Gaioto e Reveles (2012) se manifesta antes dos 3 anos de idade e é caracterizado por um conjunto de sintomas que afeta as áreas de socialização, comunicação e do comportamento, sendo a mais comprometida a interação social.

Enquanto se busca uma explicação para o que é o autismo, é importante pensar no portador e sua participação na sociedade e isso foi o que impulsionou a realização desta pesquisa.

A curiosidade à cerca desta pesquisa, surgiu quando me foi proposto ser tutora de um aluno da educação infantil com suspeita de Transtorno do Espectro Autista, no CMEI de Ponta Grossa, onde realizava o Estágio Remunerado e algumas questões vieram à tona: a falta de conhecimento a respeito de como trabalhar com esse aluno, quais as metodologias utilizar e como agir diante de certos comportamentos apresentados pela criança autista e até mesmo saber o que é Transtorno do Espectro Autista.

1.1 Problemática

Quais os desafios enfrentados por professores de alunos com transtorno do Espectro Autista no ensino regular?

1.2 Objetivo Geral

Verificar as dificuldades enfrentadas por professores de alunos com transtorno do espectro autista, durante o processo de ensino e aprendizagem, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, de três escolas públicas da cidade de Ponta Grossa-PR.

1.3 Objetivos Específicos

- Analisar o processo de ensino e aprendizagem da criança com transtorno do espectro autista no contexto do ensino regular.
- Averiguar quais as metodologias utilizadas pelo professor no ensino do aluno com Transtorno do Espectro Autista em sala de aula.

1.4 Estrutura Do Trabalho

A presente pesquisa está organizada da seguinte forma: o primeiro capítulo aborda os termos gerais do tema em pauta, em seguida a problemática da pesquisa e, por fim, os objetivos de ordem geral e específicos.

O segundo capítulo trata do termo Transtorno do Espectro Autista.

No terceiro capítulo, discorre-se sobre a inclusão do aluno portador do transtorno do espectro autista na escola, assim como as leis que garantem a matrícula e inclusão dele na escola,

O quarto capítulo aborda a metodologia utilizada para a elaboração da pesquisa, procedimentos adotados para a coleta de dados e análise dos resultados obtidos no estudo.

Por fim, no quinto e último capítulo são realizadas as considerações finais sobre a pesquisa.

2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Sabe-se que o Brasil é um país com uma grande diversidade cultural e, se essa diversidade existe, é devido aos diferentes habitantes que nele vivem. Pode-se observar essas diferenças nas pessoas pelas suas características e especificidades, e é isso que as torna únicas com sua própria identidade, indiferente de apresentarem alguma dificuldade ou não.

Uma dessas diferenças, pode ser observada através de pessoas com o Transtorno Espectro Autista, que vai apresentar características próprias.

O autismo segundo Surian (2010), é um distúrbio do desenvolvimento neuropsicológico, que se manifesta através de dificuldades marcantes e persistentes na interação social, na comunicação e no repertório de interesses e de atividades.

"Caracteriza-se por um conjunto de sintomas que afeta as áreas da socialização, comunicação e do comportamento, e, dentre elas, a mais comprometida é a interação social" (SILVA; GAIATO E REVELES, 2012, p.13),

Ainda de acordo com Russo (2015, p.86):

O transtorno do espectro autista caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos.

Por ser um transtorno que afeta a interação social das pessoas portadoras do autismo é que toda a população deveria ter um maior conhecimento a respeito do autismo.

De acordo com Surian (2010, p. 9):

Ter uma ideia do que é o autismo, não é mais uma necessidade somente de pais de crianças autista e de profissionais do sistema de saúde. A ajuda para pessoas com autismo pode vir até de um maior conhecimento da população quanto às suas causas, características e estratégias de intervenção psicoeducacional.

Se todas as pessoas tivessem conhecimento sobre o autismo, e de como proceder e ajudar, talvez pudessem ter um outro olhar sobre as necessidades dessas pessoas.

O Transtorno Espectro Autista, ainda não é muito conhecido pela população, porém os estudos acerca desse tema vêm ocorrendo há alguns anos.

Conforme Silva, Gaioto e Reveles (2012, p. 159):

A palavra "autismo" deriva do grego "autos", que significa "voltar-se para si mesmo". A primeira pessoa a utilizá-la foi o psiquiatra austríaco

Eugen Bleuler, em 1911, para descrever uma característica de pessoas com esquizofrenia, se referindo ao isolamento social dos indivíduos acometidos.

Assim, o autismo foi descrito pelo psiquiatra austríaco Eugene Bleuler como o isolamento social dos indivíduos e o isolamento em si mesmo. Foi utilizado para descrever o encerramento em si mesmo dos pacientes esquizofrênicos.

Outro psiquiatra infantil austríaco que faz referência a este estudo é Leo Kanner. Foi ele, conforme Surian (2010), que teve o mérito de publicar o primeiro trabalho no qual se delineava a existência do autismo infantil entendido como síndrome distinta de outras condições psiquiátricas”.

Kanner foi primeiro a publicar um trabalho de estudo no qual relatou observações realizadas com crianças, que apresentavam isolamento extremo desde o início da vida.

Silva, Gaioto e Reveles (2012p.159):

Em 1943, o psiquiatra infantil austríaco Leo Kanner publicou um estudo no qual observou 11 crianças que apresentavam isolamento extremo desde o início da vida, apego às rotinas, preferência por objetos inanimados em detrimento das pessoas ecolalia e tardia, e inversão pronominal. Inicialmente, ele formulou a teoria de que estes sintomas seriam inatos àquelas crianças.

Desse modo, entende-se que o autismo é entendido como o isolamento extremo do indivíduo e o apego às rotinas, assim como preferência por objetos inanimados à ao convívio social.

Outra grande contribuição para os estudos acerca do autismo foi o da médica inglesa, psiquiatra Lorna Wing.

Seus estudos estabeleceram a análise de três déficits principais (conhecidos por “Tríade de Wing”) existentes entre os portadores de transtorno do espectro autista, localizados nas áreas de imaginação, socialização e comunicação (TEIXEIRA, 2015, p. 171).

Graças às observações e estudos realizados por esses pesquisadores, pode-se encontrar hoje em dia, inúmeras publicações de qualidade sobre o assunto, ajudando assim não só profissionais e professores, como também pais para terem uma melhor compreensão e um conhecimento mais profundo de como saber lidar com crianças ou mesmo adultos portadores do autismo.

Muitos pesquisadores dedicam as suas vidas ao estudo do autismo e existem inúmeras publicações de qualidade sobre o tema. Porém, para as pessoas que se dedicam aos cuidados de pessoas com autismo, alguns livros são fundamentais para o entendimento do funcionamento delas (SILVA, GAIOTO e REVELES, 2012, p.165).

Como esse distúrbio compromete o desenvolvimento da pessoa que é portadora do Transtorno do Espectro Autista (TEA), uma das áreas mais prejudicadas

é a habilidade social. O prejuízo na habilidade social é uma das características mais marcantes na vida das pessoas portadoras do transtorno do espectro autista.

Para a pessoa portadora do transtorno do espectro autista é difícil manter uma interação ou criar laços afetivos com outras pessoas e isso acontece devido as suas características específicas.

Conforme Teixeira (2016, p.27), "essa dificuldade de relacionamento e interação social nos dá a impressão de que a criança está fechada dentro de seu mundo particular e não consegue interagir com outras pessoas".

Devido às dificuldades de interação social e comunicação, a socialização com outras pessoas torna-se um grande problema para as pessoas portadoras do Transtorno do Espectro Autista, isolando-as do convívio social.

De acordo com Teixeira (2016), o transtorno do espectro autista pode ser definido então como um conjunto de condições comportamentais causando prejuízos no desenvolvimento, habilidades, comunicação e cognição da criança.

Quanto antes se inicia o tratamento da criança autista, maiores serão as chances de se corrigir as dificuldades causadas por esse transtorno; o diagnóstico precoce é fundamental no processo de tratamento, "Crianças diagnosticadas precocemente têm uma chance muito maior de apresentarem melhorias bastante significativas nos sintomas do transtorno ao longo da vida" (TEIXEIRA, 2016, p.20).

É importante salientar, que a criança não deixará de apresentar os respectivos sintomas, pois os mesmos a acompanharão pelo resto de sua vida, apresentando, porém, certas melhoras.

Conforme Silva, Gaioto e Reveles (2012), as primeiras manifestações do autismo, aparecem antes dos três anos de idade, o que faz com que os profissionais da área da saúde busquem constantemente um diagnóstico precoce.

Laurent (2014, p.46-47), afirma que, o autismo "não remete a uma doença, já que os medicamentos não curam". Entretanto, o autismo não é visto como doença por apresentar causas múltiplas e graus variados de comprometimento.

De acordo com Omairi et al. (2013, p.26), "Autismo não é uma doença única, mas sim um distúrbio de desenvolvimento complexo, definido de um ponto de vista comportamental, com causas múltiplas e graus variados de comprometimento".

Muitas são as pesquisas ao longo do tempo em torno desse assunto, em busca de respostas que venham esclarecer dúvidas a respeito das possíveis causas do autismo.

Nos dias atuais, as pesquisas para identificar as causas biológicas do autismo têm aumentando também em número, e, embora a causa desse transtorno ainda não esteja completamente elucidada, sabe-se que o autismo está fortemente relacionado a fatores genéticos em sua etiologia, embora os genes responsáveis ainda não estejam completamente identificados (OMAIRI et al.,2013, p.25-26).

Embora as causas do autismo, ainda não estejam totalmente esclarecidas, muitas são as hipóteses levantadas por pesquisadores, e uma delas está relacionada a fatores genéticos.

De acordo com Silva, Gaiato e Reveles (2012), pode se afirmar, depois de décadas de estudos, que o autismo tem como causa fundamental as alterações genéticas.

Os últimos estudos realizados das possíveis causas do autismo, tem como principal foco de investigação as alterações genéticas.

Ainda conforme Silva, Gaiato e Reveles (2012, p.173), “as pesquisas apontam que a origem do transtorno estaria relacionada a um grupo de genes e da interação entre eles, e não a um gene único como causador do problema”.

Porém, para Laurent (2004, p. 76), embora surjam muitas esperanças de reduzir a explicação do autismo a uma base genética, os últimos trabalhos publicados, bem como outros de genética aplicada, não focalizam mais as variações típicas de genes bem delimitados.

Enquanto se busca respostas para as causas do autismo, as pessoas portadoras do Transtorno são diagnosticadas através dos sintomas e grau de comprometimento que apresenta.

Os critérios para o diagnóstico do Autismo até o final de 2013, eram baseados no DSM IV (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders IV*) em português (Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais IV), classificação usada pela Academia Americana de Psiquiatria.

De acordo com Omairi et al. (2013, p.26), “ no DSM IV, o autismo fazia parte dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TID) ”.

Em 2013, foi lançada uma nova classificação do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM). Conforme Omairi et al. (2013, p.28), “ com a nova classificação do DSM V, lançada em 2013, o termo Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TID) passa a ser substituído por Transtorno Espectro Autista (TEA).

Segundo Laurent (2014, 65), “na perspectiva do DSM-5, o autismo é, com efeito, transformado em espectro: são os famosos Transtornos do Espectro do Autista, (TEA) ”.

E de acordo também com Teixeira (2016), atualmente, o termo “Autismo” foi oficialmente preterido em favor do termo “Transtorno do Espectro Autista”, o que é causado por um distúrbio do desenvolvimento neuropsicológico.

No Brasil, as primeiras investigações acerca desse assunto começaram com a criação da primeira Associação de Amigos do Autista (AMA), em São Paulo, ano no de 1983, graças à dedicação de um pequeno grupo de pessoas.

A primeira organização brasileira foi a Associação de Amigos do Autista (AMA), em São Paulo, oficialmente fundada em 8 de agosto de 1983, por um grupo de pais, a maioria com filhos portadores de autismo (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012).

Ainda conforme Campbell (2009, p. 119), “a primeira associação a investigar o autismo no Brasil, surgiu há 20 anos, dentre os quais faziam parte, poucos médicos, alguns profissionais da área de saúde e alguns pais de autistas”.

Esses pais procuravam ajudar a todos os outros pais e familiares que tinham em suas famílias filhos com autismo. Graças a esses pais e amigos é que se iniciou o trabalho com o autismo no Brasil, e, hoje em dia, existem várias instituições no país.

Conforme Silva, Gaiato e Reveles (2012, p. 164), “várias instituições são reunidas por todo o Brasil pela Associação Brasileira de Autismo (Abra), uma entidade nacional que reúne as associações de pais e amigos do autista no país”.

A Associação Brasileira de Autismo representa todas as pessoas que lutam pelos direitos das pessoas portadoras do autismo.

Por isso, a importância e necessidade de se ter o diagnóstico precoce, pois vale a pena ressaltar que quanto antes a criança for diagnosticada e começar seu tratamento, maiores serão as chances de melhorias significativas durante o tratamento e ao longo de sua vida.

Apesar da existência de inúmeras publicações de qualidade sobre o tema e associações, ainda se pode observar a falta de conhecimento da população a respeito desse tema, gerando assim a dúvida acerca das características dos autistas.

Quanto maior for o conhecimento a respeito do transtorno, maiores serão as chances de as pessoas portadoras do transtorno estarem incluídas na sociedade e respeitadas por suas limitações.

3 INCLUSÃO DO ALUNO PORTADOR DO ESPECTRO AUTISTA NA ESCOLA, LEI E GARANTIA DE INCLUSÃO DO ALUNO NA ESCOLA

Nos dias atuais todas as pessoas portadoras do Transtorno do Espectro Autista, quanto quaisquer outras com necessidades especiais possuem amparo legal, porém nem sempre houve essa preocupação com os direitos delas.

Conforme Mazzotta (2005, p.27),

A inclusão da "educação de deficientes", da "educação dos excepcionais" ou da "educação especial" na política educacional brasileira vem a ocorrer somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta do século XX.

Foi no período de 1854 que ocorreu um dos primeiros atendimentos escolar especializado no Brasil. Segundo Machado (2005, p. 101), "no Brasil em 1854 começam ações direcionadas a pessoas com deficiências".

Foi precisamente em 12 de setembro de 1854 que a primeira providência neste sentido foi concretizada por D. Pedro II. Naquela data, através do Decreto Imperial nº 1.928, D. Pedro fundou, na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos meninos cegos (MAZZOTTA, 2005, p.28).

O Imperial Instituto dos meninos cegos, foi o primeiro a se preocupar com o atendimento escolar especial no Brasil e a matricular esses alunos em classes comuns.

Época em que alguns alunos cegos começam a ser atendidos nas chamadas "salas de recurso" ou por "professores itinerantes", ou seja, são matriculados nas classes comuns com apoio de serviços de educação especial (MACHADO et al 2005, p. 101).

Após a criação desse Instituto, surgiram outros e também se abriu espaço nas escolas para esse tipo de atendimento.

Segundo Mazzotta (2005, p. 31), "na primeira metade do século XX, até 1950, havia quarenta estabelecimentos de ensino regular mantidos pelo poder público".

Esses estabelecimentos de ensino regular, eram mantidos para prestar alguns atendimentos educacionais para os deficientes mentais e surgiram outros no mesmo período.

Conforme Mazzotta (2005, p. 31), "três instituições especializadas (uma estadual e duas particulares) atendiam deficientes mentais e outras oito (três estaduais e cinco particulares) dedicavam se à educação de outros deficientes".

Porém esse atendimento no ensino regular, se dava em espaços reservados para o atendimento das pessoas com necessidades especiais.

No passado, o atendimento às necessidades educacionais especiais das pessoas portadoras de deficiência ressaltava apenas suas limitações e os

recursos necessários à reparação, sendo-lhes reservados espaços segregados que supostamente lhes garantiam atendimentos adequados e a oportunidade de aprender (CAMPBELL, 2009, p. 133).

Infelizmente, esse era o pensamento da época: os alunos deveriam ter atendimento separado, em classes especiais ou em escolas especiais.

De acordo com Orrú (2012, p.4),

Na trajetória de 1971 até 1985, a educação especial, como forma de tratamento, passou a ser uma medida participante de uma política educacional que passou a ver “educação de excepcionais” como um caminho de conduta, objetivando, no final, a escolarização.

Esse atendimento segregado das pessoas portadoras de necessidades especiais começou a tomar um novo rumo, quando, a partir de 1986, a educação especial começa a ser compreendida como inerente à educação.

Ainda conforme Orrú (2012), é ressaltado o pleno desenvolvimento das potencialidades “do educando com necessidades”, a partir da portaria CENESP/MEC n.º 69, de 28 de agosto de 1986. Somente dois anos depois, em 1988, foi publicada a Constituição Federal do Brasil.

Orrú (2012) observa que, foi oficialmente publicada a nova Constituição Brasileira que afirma como dever do Estado o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência na rede regular de ensino.

A Constituição Brasileira de 1988 foi o primeiro passo a fim de garantir a estadia das pessoas com necessidades especiais na rede regular de ensino e assegurar-lhes seus direitos como cidadãos.

Porém, a educação das pessoas com necessidades especiais começa a ser pensada com um outro olhar a partir Conferência Mundial sobre Educação para todos.

A Conferência Mundial sobre Educação para Todos gerou, em novembro de 1991, a Conferência Geral da Unesco, quando se decidiu convocar uma comissão internacional encarregada de refletir sobre educar e aprender no século XXI (MACHADO et al, 2005, p. 40).

Graças a essa conferência, começa-se a se pensar em uma educação com melhor qualidade, inclusive para as pessoas com necessidades educativas especiais, que recebem o apoio de um movimento mundial em favor delas.

Segundo Machado et al (2005), o movimento propunha a inclusão social dessas pessoas e não estava satisfeito com o modo de integração que vinha acontecendo nas escolas regulares, quando esses alunos eram colocados em classes especiais.

Pensando nessa proposta de educação para todos e incluindo as pessoas com necessidades educativas especiais, é realizada a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais.

Esta estrutura de Ação em Educação Especial foi adotada pela Conferência Mundial em Educação Especial organizada pelo governo da Espanha em cooperação com a Unesco, realizada em Salamanca entre 7 e 10 de junho de 1994 (MACHADO et al 2005, p.129).

De acordo com Machado et al (2005), a Declaração de Salamanca, como ficou conhecida essa conferência, apontava a inclusão de todas as pessoas no sistema comum de ensino, inclusive as com necessidades educativas especiais.

A Declaração de Salamanca foi a marca no Brasil que impulsionou os primeiros passos para a inclusão das pessoas com necessidades especiais no sistema comum de ensino e é um dos documentos mais importantes de compromisso e garantia dos direitos educacionais especiais.

Em 1996, após dois anos a conferência de Salamanca, foi publicada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

No período de 1993 até 1996, muitos projetos foram encaminhados ao senado para a exigência de medidas mais contundentes quanto aos direitos da pessoa com deficiência e, como resultado de 25 anos de segmentos definidos pelo Lei de n.º 5.692/71, saiu a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394, em 20 de dezembro de 1996, alterando antigos padrões da educação brasileira, inclusive os referentes à educação especial (ORRÚ, 2012, p.49).

Essas são algumas das conquistas ao longo do tempo, que são proporcionadas atualmente às pessoas portadoras do Transtorno do Espectro Autista; os mesmos direitos que qualquer outra pessoa tem, direitos esses garantidos por lei, como consta na Constituição Federal Brasileira.

A Constituição Federal de 1988, vem garantir o direito à igualdade para todas as pessoas, sem distinção de qualquer natureza, em seus artigos:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

II - A cidadania; III - a dignidade da pessoa humana.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

A Constituição Federal ampara legalmente o portador do Transtorno do Espectro Autista garantindo-lhe os mesmos direitos que qualquer outra pessoa, como também por lei específica.

A Lei nº 12.764, de dezembro de 2012 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua

consecução.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com Transtorno do Espectro Autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

§ 2º A pessoa com Transtorno do Espectro Autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

Na referida lei, os portadores do Transtorno do Espectro Autista são considerados deficientes e podem desfrutar de todos os direitos. Outro ponto também a ser destacado é o direito à educação das pessoas com autismo.

Os alunos portadores de deficiência que estão nas escolas especiais têm o mesmo direito constitucional de acesso à educação regular em ambiente escolar não segregado e em turmas condizentes com sua idade que os seus colegas sem deficiência (CAMPBELL, 2009, p. 136-137).

Dessa forma, os alunos portadores de deficiência possuem o mesmo direito de acesso à educação regular, sendo ele garantido por lei, como consta na Constituição Federal de 1988 no artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

Todos as pessoas têm direito à educação, ao acesso e permanência na escola, visando proporcionar o seu pleno desenvolvimento, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Segundo Filho e Lowenthal (2013, p.125), “a legislação brasileira garante que a educação de qualquer pessoa, independentemente de sua condição humana, deverá ser na rede regular de ensino, nas salas de aula comuns.

Portanto, as pessoas portadoras do Transtorno do Espectro Autista têm seus direitos garantidos de acesso e permanência na escola, sendo vedada sua não aceitação.

Prevê a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 208:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

V - Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

Esses artigos garantem o acesso à educação para os portadores do Transtorno do Espectro Autista e quaisquer outras pessoas, sendo elas portadora de necessidades especiais ou não.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional também se ajusta à Constituição Federal de 1988 e aponta que a educação das pessoas portadoras de necessidades especiais deve ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino.

Segundo Campbell (2009), a LDB inclui parâmetros para integração do aluno especial na rede regular de ensino, alunos antes excluídos das escolas e que acabavam sendo destituídos do direito à educação incluso na constituição.

Conforme Omairi (2013), é na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de nº 9394/96 que está a garantia da matrícula e da inclusão das crianças com algum tipo de deficiência nas escolas regulares e reforça que não basta apenas incluir, é necessário também garantir a permanência dessas crianças na escola com um trabalho docente de qualidade.

A oferta de educação para as pessoas portadoras de necessidades especiais na rede regular de ensino é um grande avanço na história da educação especial, porém essa conquista não se encerra, pois não basta somente matricular os alunos na escola, faz se necessário também mantê-los na escola.

Conforme Franco e Guerra (2015, p.19), “é importante considerar que a inclusão difere substancialmente do que, até a década de 80, se tinha como forma de inserção escolar de pessoas com deficiência ou com outras necessidades”.

Antes da inclusão, os alunos com necessidades especiais tinham que se adaptar à rotina diária da escola como os demais alunos.

De acordo com Franco e Guerra (2015, p. 113), “é o próprio aluno quem vai se adaptar para atender às suas necessidades individuais e coletivas para permanecer na escola regular”.

A partir da inclusão, começa-se a se pensar nas necessidades dos alunos portadores de necessidades especiais, e não é mais o aluno que precisa se adaptar a rotina da escola, mas sim a escola que deve se estruturar para atender às necessidades dele.

Conforme Campbell (2009), incluir é aprender, reorganizar grupos e classes, promover a interação entre os alunos para que compartilhem um mesmo espaço de aprendizagem, ainda que seja de modos diferentes em função da complementaridade proporcionada pela diversidade.

Ou seja, não basta apenas receber o aluno na escola, faz-se necessário, pensar suas dificuldades, assegurando-lhe meios para que possa usufruir de um ensino de qualidade e realmente ter uma aprendizagem significativa.

Ao receber o aluno com necessidade educativa específica, deve-se adequar às demandas e necessidades desse sujeito, revendo suas concepções e formas organizacionais e seu trabalho pedagógico (FRANCO e GUERRA, 2015, p.114),

A escola precisa estar preparada, reavaliar sua proposta pedagógica, para que a mesma possa se adequar às necessidades dos mesmos.

De acordo com Campbell (2009, p.142-143), “diante de “necessidades educacionais”, a escola deve responder com situações de ensino e aprendizagem diferentes das usualmente organizadas para a maioria dos educandos.

A escola precisa adequar-se para atender o aluno, neste caso específico, o aluno portador do Transtorno do Espectro Autista, para que ele possa usufruir do convívio social, pois ele é fundamental no seu processo de ensino e aprendizagem.

Conforme Filho e Lowenthal (2013, p.134), “a inclusão escolar promove as crianças com TEA oportunidades de convivência com outras crianças da mesma idade, tornando-se um espaço de aprendizagem e desenvolvimento social”.

A inclusão dos alunos com Transtorno do Espectro Autista é fundamental no desenvolvimento das crianças, pois impede que elas se isolem do mundo ao redor, além de estimular seu desenvolvimento e contato social.

Acredita-se que, segundo Filho e Lowenthal (2013), a convivência compartilhada das crianças com Transtorno do Espectro Autista possa possibilitar os

contatos sociais, além de favorecer o desenvolvimento delas e das outras crianças na escola, conforme convivam e aprendam com as diferenças.

É através da efetividade legal da Constituição Federal e de lei específica, que há uma grande possibilidade de um melhor desenvolvimento do aluno no espaço escolar, pois é nesse espaço de inclusão que as crianças aprendem a respeitar e a conviver com a diversidade, para que se tornem humanos mais solidários.

4 EFETIVIDADE DO ENSINO - TRABALHO DO PROFESSOR (QUESTIONÁRIO, METODOLOGIA)

Para a elaboração desta pesquisa, que tem como proposta responder a seguinte problemática: quais os desafios enfrentados por professores de alunos com transtorno do Espectro Autista no ensino regular, e como objetivo verificar as dificuldades enfrentadas por professores de alunos com transtorno do espectro autista, durante o processo de ensino e aprendizagem, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, de três escolas públicas da cidade de Ponta Grossa-PR, utilizou-se a pesquisa qualitativa, em que o instrumento escolhido para a coleta de dados foi um questionário, composto de seis perguntas abertas e três perguntas fechadas.

Para a coleta dos respectivos dados do questionário, houve a participação de três escolas da rede municipal de ensino, e cinco professores com alunos portadores do Transtorno do Espectro Autista tiveram fundamental importância respondendo o questionário em questão. Para mencionar as respostas de cada um dos cinco professores, sem precisar citar nomes, foram utilizados os seguintes símbolos: P1, P2, P3, P4 e P5 e as respostas estão em itálico e entre aspas.

A primeira pergunta do questionário está relacionada à formação dos professores que atuam com os alunos portadores do Transtorno do espectro Autista, e foram obtidas as seguintes informações:

P1- *“Formação de docentes em nível médio, Licenciatura em pedagogia em nível superior, Pós-graduação”.*

P2- *“Matemática e pós em Metodologia da Matemática e Atendimento Educacional Especializado”.*

P3- *“Formação de Docentes, Licenciatura Letras português/espanhol, especialização em Educação Especial, especialização em Neuropsicopedagogia institucional (em andamento)”.*

P4- *“Magistério e Licenciatura em Pedagogia”.*

P5- *“Licenciatura em Pedagogia”.*

Todos os professores participantes possuem formação em nível superior e é importante salientar, que a formação desses tem papel fundamental no trabalho com o aluno portador do Transtorno do Espectro Autista, porém essa formação, às vezes, não é capaz de suprir todas as demandas do dia a dia em relação ao ensino e aprendizagem desses alunos.

Essa ênfase dada à inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino obrigou o legislador a prever a formação não só do professor especializado, mas também a preparação dos professores do ensino regular para estarem aptos a receber esses alunos (SOARES e CARVALHO, 2012, p. 38).

A segunda pergunta é sobre as dificuldades encontradas pelo professor no dia a dia com relação ao ensino/aprendizagem do aluno com Transtorno do Espectro autista, e obteve-se como respostas às seguintes dificuldades:

P1- *“O aluno em questão não tem comprometimento cognitivo, é mais motor, mas algumas coisas como o barulho na sala o atrapalha na concentração (conversa muito alta). Nem sempre está com disposição para fazer as atividades propostas, não lhe são atraentes”.*

P2- *“A oralidade para acontecer a compreensão, concentração e coordenação, socialização”.*

P3- *“Comunicação do aluno, absorção de informações por parte dos alunos”.*

P4- *“Às vezes o aluno tem resistência em querer realizar atividades propostas, fica nervoso e agitado se algo sai de sua rotina. Nesses momentos fica difícil, mas quando está calmo, consigo bem ensiná-lo”.*

Conforme o comprometimento causado pelo Transtorno do Espectro Autista, fica mais visível detectar as dificuldades encontradas pelos professores em relação ensino e aprendizagem do aluno.

De acordo com Omairi (2013), são dois os domínios de comprometimento apresentados pelos pacientes: um deles é o déficit na comunicação social e interação social e o outro são os padrões restritos ou repetitivos de comportamento, interesses ou atividades.

Saber lidar com essas dificuldades e encontrar metodologias para suprir as necessidades dos alunos é fundamental no processo de ensino e aprendizagem deles.

A terceira pergunta versa sobre como é a relação do aluno com Transtorno do Espectro Autista com seus colegas de classe:

P1- *“Após um trabalho de aproximação do aluno com os demais da turma, ele tem aceitado a aproximação e o toque dos colegas, aceita também que conduzam sua cadeira de rodas no pátio durante o recreio, não conversa com eles, mas se interessa pelos acontecimentos na turma”.*

P3- *“Apresenta boa socialização e interação com os colegas, apesar de suas dificuldades”.*

P4- *“Muito boa. Eles são amigos e todos sabem interagir bem, cada qual respeitando os seus limites. Quando os colegas o procuram em alguns momentos ele até brinca geralmente com um ou outro. Mas prefere brincar sozinho. Às vezes até aceita ajuda para realizar alguma atividade”.*

A dificuldade na comunicação e interação social é uma das características marcantes na vida do aluno autista, o contato com outros alunos traz benefícios tanto para a aprendizagem, quanto para o desenvolvimento social desse aluno.

Essa convivência, de acordo com Schmidt (2013), proporciona o estímulo das capacidades interativas, impedindo o isolamento contínuo do autista.

Além disso, conforme Silva, Gaiato e Reveles (2012) possibilitam aos demais alunos aprenderem a lidar com essas diversidades, a quebrar preconceitos e construir um mundo mais tolerante e solidário.

Portanto, o convívio entre alunos com necessidades especiais e os demais alunos é importante para que todos aprendam a conviver com as diferenças, respeitando uns aos outros independentemente de suas condições físicas ou intelectuais.

A quarta pergunta questiona os conhecimentos que os professores possuem, sobre o Transtorno do Espectro Autista:

P2- *“Tive a oportunidade de fazer Especialização em Atendimento Educacional Especializado e através de leituras de artigos e livros a respeito do autismo. Trabalhando na sala de recursos Multifuncionais por três anos atendendo dois alunos autistas”.*

P3- *“Possuo Pós-Graduação em Educação Especial e estou concluindo neuropsicopedagogia. No entanto, por mais teorias que se conheça, a prática é totalmente diferente. É necessário sempre estar lendo e buscando novos estudos a respeito do TEA”.*

O professor precisa estar sempre em busca de novos conhecimentos, para que possa contribuir com o processo de ensino e aprendizagem desses alunos.

O professor interessado pode fazer muito pelas crianças com autismo, mesmo que não seja especializado nessa área. Com amor, dedicação e paciência poderá ganhar a confiança eterna de uma criança. O primeiro passo é o conhecimento. Informações específicas sobre o funcionamento autístico são ferramentas essenciais para orientar o professor no trato com

esse aluno e, sobretudo, auxiliá-lo em seu desenvolvimento (SILVA, GAIOTO e REVELES, 2012, p. 114 e115).

O conhecimento a respeito do assunto é a ferramenta fundamental para o trabalho do professor com os alunos autistas.

A quinta pergunta busca saber se o aluno com Transtorno do Espectro Autista possui uma tutora em sala de aula, e qual a contribuição dela no processo de ensino/aprendizagem dele, e as respostas foram as seguintes:

P1- *“Sim ele tem uma tutora que o acompanha desde o primeiro ano dele na escola, como ele sofre de atrofia muscular, ela o auxilia e traz atividades com materiais ilustrados para facilitar a compreensão do aluno”.*

P2- *“Não, nesse início é importante que ele desenvolva a oralidade e socialização e para que não crie dependência, optamos por ele estar sem tutora, pode ser que para que aconteça a alfabetização haja necessidade de se ter uma tutora”.*

P5- *“Não possui, uma vez por semana participa da por 55 minutos da sala multifuncional”.*

Apenas uma das professoras, possui uma tutora que a auxilia com o aluno autista, pois o mesmo depende de uma pessoa que o conduza em sua cadeira de rodas. As demais não têm tutora em sala para auxiliá-las com os alunos.

A sexta pergunta refere-se às metodologias utilizadas pelos professores para que o aluno com Transtorno do Espectro Autista possa participar ativamente nas atividades propostas, e as respostas foram as seguintes:

P1- *“Método expositivo, pois o aluno precisa relacionar a teoria com o concreto”.*

P2- *“Materiais concretos, pareamento e frequentar a sala de recursos multifuncionais para complementar suas necessidades”.*

P3- *“Rotina diária das atividades; pareamento, classificação, seriação, ordenação; Uso de imagens, jogos, vídeos pedagógicos; comunicação alternativa-PEC's; conversação, diálogo”.*

P4- *“Preparo atividades adaptadas e que envolvam a alfabetização, pois está iniciando a leitura e a escrita. Geralmente são simplificadas, com menos informação que as atividades dos colegas, quando são de registrar ou para leitura. Quando tem uma história ele ouve e às vezes até participa, se solicitado”.*

Encontrar metodologias que se adequem às dificuldades do aluno não é tarefa fácil.

Segundo Silva, Gaioto e Reveles (2012), a alfabetização precisa ter uma função e um objetivo para a criança autista, para isso, é necessário que se tenha muita criatividade para adaptar materiais e inserir as letras na vida delas de uma forma atraente e estimulante. A escolha de materiais concretos e visuais torna a alfabetização mais efetiva, devido à facilidade de abstração pelo aluno.

Uma das metodologias citadas é o Sistema de Comunicação por Troca de Figurinhas (PECS).

De acordo com Silva, Gaioto e Reveles (2012, p.219), “ é um método que utiliza figuras para facilitar a comunicação e a compreensão, ao estabelecer uma associação entre a atividade e o símbolo.

Cabe ao professor ser o facilitador desse processo de ensino e aprendizagem do aluno e lhe proporcionar materiais que condizem com as suas necessidades.

A sétima pergunta trata dos responsáveis pelo aluno com Transtorno do Espectro Autista e se eles participam da vida escolar desses. As respostas dos professores:

Quatro disseram que “SIM”, os responsáveis participam da vida escolar do filho e apenas um respondeu “ÀS VEZES”.

A participação da família na vida escolar dessas crianças e a colaboração dos responsáveis junto aos professores possibilita um grande progresso para o processo de ensino e aprendizagem dessas crianças.

A oitava pergunta traz o questionamento quanto à atuação da equipe pedagógica e se há auxílio no processo de ensino/ aprendizagem do aluno quando solicitada, e a respostas obtidas foram:

Quatro dos cinco professores responderam que “SIM”, a equipe pedagógica auxilia no processo de ensino/ aprendizagem do aluno com Transtorno do Espectro Autista, quando solicitada. Apenas uma respondeu “NUNCA”.

Um dos principais agentes de intervenção e mediação para promover um avanço significativo na vida dos alunos autistas é o professor. Porém para promover o sucesso e avanços significativos na aprendizagem destes, o professor não deve trabalhar sozinho, pois o apoio dos pais e da equipe pedagógica é fundamental nesse processo.

A nona e última pergunta está relacionada à frequência do aluno com Transtorno do Espectro Autista na escola, e se ela se dá de maneira regular:

Segundo os cinco professores, as respostas são “SIM”, a frequência é regular. A frequência é fundamental no processo de socialização desses alunos, pois uma das características mais evidentes nos alunos com TEA é a dificuldade em interagir e de se relacionar com os outros, o que torna o processo de ensino e aprendizagem ainda mais difícil, devido à falta dessa comunicação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da inquietação da pesquisadora em relação ao processo de ensino aprendizagem dos alunos com TEA, verificou-se, através desta pesquisa, as principais dificuldades enfrentadas pelas professoras durante o processo de ensino e aprendizagem dessas crianças. Conforme relatado pelas professoras, dentre as respectivas respostas, as mais visíveis foram as dificuldades em relação à comunicação e concentração dos alunos com TEA, dificuldades estas ligadas às características desses alunos.

Portanto, fica evidente através deste estudo, que é necessário que a escola (professores, diretores, equipe pedagógica), bem como a comunidade escolar como um todo, tenham conhecimento a respeito das características apresentadas pelos portadores do transtorno do espectro autista, para auxiliar neste processo de formação.

As informações obtidas através desse conhecimento, serão ferramentas importantes na orientação e busca por novas metodologias que ajudarão no processo de ensino e aprendizagem desses alunos.

Também foi possível averiguar quais as metodologias utilizadas pelos professores no ensino do aluno com Transtorno do Espectro Autista em sala de aula, e uma delas foi o Sistema de comunicação por Troca de Figurinhas, que facilita o processo de ensino e aprendizagem, pois trabalha a partir de imagens relacionadas ao conteúdo. Outra metodologia também utilizada pelas professoras é a adaptação do conteúdo com materiais concretos e visuais.

Cabe então ao professor encontrar metodologias que despertem o interesse dos alunos e desenvolva ao máximo o potencial de cada um deles, mas também, faz-se necessário que a equipe pedagógica, assim como os pais, trabalhem juntos em busca de melhores perspectivas de aprendizagens na vida dessas crianças, para que possam ser inseridos de forma efetiva e terem uma vivência de mundo melhor.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento subsidiário à política de inclusão**, Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticadeinclusao.pdf>>. Acesso em: 28 Maio 2017.

_____. **Constituição Da República Federativa Do Brasil**, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 28 maio 2017.

_____. **LEI Nº 12.764, 2012**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 28 Maio 2017.

CAMPBELL, Selma Inês. **Múltiplas faces da Inclusão**. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2009.

FILHO, José Belizário, LOWENTHAL, Rosane. A inclusão escolar e os transtornos do espectro do autismo. In: SCHMIDT, Carlos (org). **Autismo, Educação e Transdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papirus, 2013.

FRANCO, Marco Antonio Melo; GUERRA, Leonar Bezerra. **Práticas Pedagógicas em contexto de inclusão**: situações de sala de aula. Jundiaí, Paco Editorial, 2015.

LAURENT, Éric. **A batalha do Autismo: da clínica à política**. Tradução de Claudia Berliner. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

MACHADO, Adriana Marcondes; et al. **Psicologia e Direitos Humanos**: educação inclusiva - direitos humanos na escola. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

MAZZOTTA, Marcos José da Silva. **Educação Especial no Brasil**: História e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OMAIRI, Claudia; et al. **Autismo**: perspectivas no dia a dia. Curitiba: Ithala, 2013.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Autismo, linguagem e educação**: interação social no cotidiano escolar. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2012.

RUSSO, Rita Margarida Toler. **Neuropsicopedagogia clínica**: introdução, conceitos, teoria e prática. Curitiba: Juruá, 2015.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifacio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo Singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SOARES, Maria Aparecida Leite; CARVALHO, Maria de Fátima. **O professor e o aluno com deficiência**. 1.ed., v.5, São Paulo: Cortez, 2012.

SURIAN, Luca. **Autismo: informações essenciais para familiares, educadores e profissionais da saúde**. São Paulo: Paulinas, 2010.

TEIXEIRA, Gustavo. **Manual do autismo**. 1.ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2016.

_____. **Manual dos Transtornos escolares**: entendendo os problemas de crianças e adolescentes na escola. 6. ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2015.

APÊNDICE A-QUESTIONÁRIO

1- Qual a formação do professor?

2- Quais as dificuldades encontradas no dia a dia, em relação ao ensino/ aprendizagem do aluno com Transtorno do Espectro autista?

3- Como é a relação do aluno com Transtorno do Espectro Autistas com seus colegas de classe?

4- Qual o conhecimento que possui a respeito do Transtorno do Espectro Autista?

5- O aluno com Transtorno do Espectro Autista possui uma tutora? Qual a contribuição dela no processo de ensino/ aprendizagem do aluno com Transtorno do Espectro Autista?

6- Quais as metodologias utilizadas para que o aluno com Transtorno do Espectro Autista possa participar ativamente nas atividades propostas?

7- Os responsáveis pelo aluno com Transtorno do Espectro Autista participam da vida escolar do mesmo?

() Sim () Às vezes () Nunca

8- A equipe pedagógica auxilia no processo de ensino/ aprendizagem aluno com Transtorno do Espectro Autista , quando solicitada?

() Sim () Às vezes () Nunca

9- Como é a frequência do aluno com Transtorno do Espectro Autista na escola? Ocorre de maneira regular?

() Sim () Às vezes () Nunca